



TRABALHO DIGNO

Um mundo melhor começa aqui



Organização
Internacional
do Trabalho

Segurança e saúde no trabalho para homens e mulheres

O trabalho, formal ou informal, remunerado ou não, desempenha um lugar central na vida das pessoas em todo o mundo. Através do trabalho, mulheres e homens definem a sua identidade e a sua função na sociedade. Contudo, apesar do rendimento e da realização pessoal que proporciona, o trabalho pode igualmente representar perigos e riscos para a saúde e segurança. A OIT estima que, em cada ano, cerca de 2,3 milhões de homens e mulheres morrem em consequência de acidentes e doenças relacionados com o trabalho, incluindo quase 360 mil por acidentes mortais e cerca de 1,95 milhões por doenças mortais relacionadas com o trabalho.¹ As substâncias perigosas estão na origem de cerca de 651 mil mortes, na sua maioria ocorridas nos países em desenvolvimento. Estes números poderão estar bastante subestimados, devido aos sistemas inadequados de registo e notificação existentes em muitos países.

Os riscos para os trabalhadores do sexo masculino são hoje mais bem conhecidos, dado que, anteriormente, as preocupações acerca de segurança e saúde no trabalho se concentravam nos trabalhos perigosos, em sectores dominados por trabalhadores do sexo masculino. Contudo, as mulheres representam, actualmente, mais de 40% da mão-de-obra mundial, ou seja, há 1 200 milhões de mulheres para um total de 3 000 milhões de trabalhadores.² Esta proporção crescente de mulheres na força de trabalho suscitou um conjunto de questões relacionadas com a igualdade de género, no que se refere aos diferentes efeitos dos riscos relacionados com o trabalho para homens e mulheres, em termos de exposição a substâncias perigosas, impacto dos agentes biológicos na saúde reprodutiva, exigências físicas do trabalho pesado, concepção ergonómica dos locais de trabalho e duração da jornada de trabalho, especialmente quando as tarefas domésticas devam também ser tidas em conta. Além disso, os riscos relativos à segurança e saúde no trabalho (SST) enfrentados pelas trabalhadoras foram tradicionalmente subestimados, dado que as normas de SST e os limites de exposição às substâncias perigosas são baseados em dados relativos aos trabalhadores do sexo masculino e em testes laboratoriais.³

A segregação sexual da mão-de-obra contribui para desafios diferentes no local de trabalho em termos de saúde e segurança para mulheres e homens. Por exemplo, os homens estão mais presentes em indústrias como a construção e minas, ao passo que a ampla maioria das trabalhadoras está concentrada nos sectores da agricultura e dos serviços.⁴ As mulheres têm mais probabilidades do que os homens de ocuparem empregos de salários baixos e têm menos probabilidades do que os homens de serem supervisoras e gestoras. Uma proporção significativa de mulheres pode igualmente ser encontrada na economia informal, onde são confrontadas com condições de trabalho inseguras



©OIT, Crozet M.

¹ ILO. *Beyond deaths and injuries: The OIT's role in promoting safe and healthy jobs*, Relatório para debate no XVIII Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, Seul, Coreia, June 2008, p. 1.

² ILO. *Global Employment Trends for Women*, March 2009, p. 10.

³ V. Forastieri, *Information Note on Women Workers and Gender Issues on Occupational Safety and Health* (Geneva, ILO, SafeWork, 2000), p. 3.)

⁴ Ibid., p. 3.

A IGUALDADE DE GÉNERO NO CORAÇÃO DO TRABALHO DIGNO



e pouco saudáveis, rendimentos baixos ou irregulares, insegurança no trabalho e falta de acesso à informação, aos mercados, às finanças, à formação e tecnologia.

Ao longo dos anos, a atenção relativa às questões de género em matéria de SST tem-se desviado da protecção das mulheres com base nas supostas diferenças físicas entre mulheres e homens, para se centrar na promoção da igualdade de direitos, de oportunidades e de tratamento para todos os trabalhadores. O objectivo é tornar os locais de trabalho seguros para cada pessoa, independentemente do sexo. A legislação orientada para a protecção das mulheres enquanto prestadoras de cuidados – que presumia que era essa a função principal das mulheres – podia ter efeitos potencialmente discriminatórios para as oportunidades de emprego das mulheres. Actualmente, a preocupação dominante é eliminar os riscos dos locais de trabalho, em vez de excluir as mulheres das profissões que implicam riscos. Esta nova orientação tem conduzido à revisão ou substituição de um conjunto de normas relativas à SST, por exemplo as relacionadas com o trabalho nocturno.⁵

Embora a promoção da SST tenha melhorado nas últimas décadas, o número de mortes, acidentes e doenças relacionados com o trabalho permanece ainda demasiado elevado e penaliza fortemente os homens, as mulheres e as suas famílias. A economia fica igualmente a perder; segundo as estimativas, o custo dos acidentes e problemas de saúde representam cerca de 4% do PIB mundial.⁶ Na actual crise financeira e económica mundial, esta situação pode até vir a piorar. Existe a preocupação crescente de que o abrandamento económico tenha efeitos negativos para sectores específicos, colocando em perigo, eventualmente, a segurança e saúde de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. As potenciais concessões que ponham em causa a segurança e saúde devido a factores económicos poderão conduzir a um aumento no número de acidentes e doenças no trabalho.

QUESTÕES ESPECÍFICAS DE SST PARA OS HOMENS TRABALHADORES



©OIT, Crozet M.

Há mais homens do que mulheres a exercer funções em empregos que os expõem ao risco de acidentes; os homens têm mais probabilidades de ser vítimas de acidentes mortais e de outros tipos de mortes relacionadas com o trabalho.⁷ Além disso, os homens tendem a estar mais expostos aos riscos decorrentes de substâncias que são cancerígenas ou causadoras de doenças circulatórias e respiratórias. Os investigadores têm igualmente concluído que os homens tendem a adoptar métodos menos preventivos e menos protectores de execução do trabalho do que as mulheres.

Muitos sectores da indústria dominados pela presença de trabalhadores são confrontados com questões específicas de SST. A título de exemplo, na indústria florestal, na siderurgia, na indústria metalúrgica e de metais não ferrosos ou no sector dos transportes (rodoviários, marítimos e aéreos) coexistem diferentes perigos e especificidades em termos de SST. Três sectores especialmente perigosos são indicados adiante:

Segundo estimativas da OIT, morrem anualmente no trabalho cerca de 170 mil trabalhadores agrícolas. As taxas de mortalidade têm permanecido elevadas durante a última década.⁸ Embora a agricultura empregue tanto mulheres como homens, as lesões e mortes neste sector estão sobretudo relacionadas com acidentes que envolvem máquinas agrícolas, tractores e ceifeiras debulhadoras, habitualmente manuseados por homens.

O trabalho no sector da construção é uma das ocupações mais perigosas; no entanto, as causas dos acidentes são bem conhecidas e, na sua grande maioria, esses acidentes poderiam ser evitados. Embora o número global de acidentes e doenças na indústria da construção seja difícil de quantificar, devido à elevada proporção de trabalho temporário, a OIT estima que, em 2003, houve cerca de 60 mil mortes relacionadas com o trabalho nesta actividade industrial.⁹ Os dados de diversos países industrializados demonstram que os trabalhadores da construção têm três a quatro vezes mais probabilidades de morrer em acidentes no trabalho do que outros trabalhadores. Muitos outros sofrem de doenças profissionais resultantes da exposição prolongada a substâncias perigosas, como o amianto. Nos países em desenvolvimento, os riscos associados ao trabalho no sector da construção são ainda maiores. Os dados disponíveis sugerem que o risco de acidentes, nesses países, é três a seis vezes mais alto do que nos países desenvolvidos, onde são obrigatórias inúmeras medidas preventivas e a responsabilidade da empresa em caso de acidente é maior.

A indústria mineira é outro sector perigoso onde predominam os trabalhadores do sexo masculino. Apesar dos consideráveis



©OIT, Crozet M.

⁵ ILO, 2007. *ABC of women's workers' rights and gender equality*, p. 142.

⁶ ILO, *Report of the Committee on Skills: Skills for improved productivity, employment growth and development*, Report V, International Labour Conference, 97.ª Sessão, Geneva, 2008, p. 61.

⁷ ILO, 2005. *Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho 2005: Documento de base*, Programa Focal SafeWork (Genebra) p. 7.

⁸ Ver o sítio internet das Actividades Sectoriais da OIT, página sobre segurança e saúde na agricultura, em <http://www.OIT.org/public/english/dialogue/sector/sectors/agri/socprot-safety.htm>

⁹ OIT, 2005: *Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho 2005: Documento de base* (Genebra), p. 8.



© OIT, Crozet M.



esforços realizados em muitos países, o balanço das mortes, lesões e doenças entre os mineiros de todo o mundo demonstra que o sector continua a ser extremamente perigoso. As doenças pulmonares na indústria mineira e nas indústrias conexas em resultado da exposição ao amianto, ao carvão e à sílica são ainda uma fonte de preocupação, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. O amianto é responsável por cerca de 100 mil mortes em cada ano e este número está a subir anualmente.¹⁰ Um número cada vez maior de trabalhadores, nos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e noutros países industrializados, sofre actualmente e morre em consequência da exposição, no passado, ao pó de amianto.¹¹ A silicose – uma doença pulmonar mortal causada pela exposição ao pó de amianto – afecta ainda dezenas de milhões de mineiros em todo o mundo.

QUESTÕES ESPECÍFICAS DE SST PARA AS MULHERES TRABALHADORAS

As preocupações relativas às mulheres em matéria de SST estão sobretudo associadas à sua função simultaneamente reprodutiva e económica. Tradicionalmente, as mulheres e os homens têm assumido diferentes responsabilidades na vida doméstica. À medida que cada vez mais mulheres ingressam no mercado de trabalho, podem desempenhar tarefas remuneradas e, paralelamente, continuar a efectuar trabalho não remunerado cuidando da família e realizando tarefas domésticas. Se juntarmos estas duas actividades, concluímos que muitas mulheres trabalham mais horas do que os homens.¹² Os perigos e riscos específicos enfrentados pelas mulheres estão associados às condições de trabalho dos sectores económicos nos quais trabalham.

As mulheres representam 35,4% da força de trabalho na agricultura a nível mundial; na África Subariana e na Ásia Meridional, o sector agrícola representa mais de 60% do conjunto do emprego feminino.¹³ Existe uma grande incidência de lesões e doenças nas mulheres que trabalham na agricultura – quer se trate da agricultura de subsistência, do trabalho por conta própria, do trabalho não remunerado a favor da família ou enquanto assalariadas. A exposição aos pesticidas e a mistura ou pulverização de outros produtos agroquímicos perigosos constituem um dos principais riscos no trabalho, com envenenamentos causadores de doenças ou mortes. Outros perigos são inerentes ao contacto com animais, e ao contacto com plantas perigosas e agentes biológicos que provocam alergias, problemas respiratórios, infecções e doenças parasitárias. A perda de audição causada pelo ruído, as doenças músculo-esqueléticas, como as lesões causadas por esforços repetitivos e a dor nas costas, bem como o stress e os problemas psicológicos, são igualmente frequentes. A situação é ainda mais evidente no caso das mulheres nos países em desenvolvimento, onde a educação e formação sobre os sistemas de segurança (incluindo a utilização de equipamentos de protecção individual) e a avaliação de risco são inadequadas para prevenir as lesões e doenças. Algumas mulheres estão concentradas, enquanto trabalhadoras não qualificadas, em estufas onde sofrem uma maior exposição aos pesticidas e a outros produtos químicos perigosos. No caso das grávidas, essa exposição pode ter implicações a longo prazo para a sua saúde e do feto.¹⁴ Esta situação está associada a um acesso insuficiente aos serviços de saúde nas zonas rurais, pelo que os acidentes podem causar doenças permanentes.

TRANSPORTAR ÁGUA E LENHA PARA USO DOMÉSTICO: UM TRABALHO PESADO

Na sua maioria, as mulheres dos países com baixos rendimentos ainda efectuem trabalhos físicos extremamente penosos, transportando pesos superiores a 35 kg à cabeça ou às costas ao longo de grandes distâncias. Em média, as mulheres passam três horas por dia a carregar água e combustível para uso doméstico.¹⁵ Poderão ser afectadas por doenças músculo-esqueléticas ou do sistema reprodutivo, como abortos espontâneos, nados-mortos e sofrer de outros efeitos prejudiciais para a saúde.¹⁶ A recolha e o transporte de água das fontes expõem as mulheres a doenças e infecções transmitidas pela água ou com ela relacionadas. As mulheres que cozinham em lareiras, arriscam-se não só a queimaduras, mas também a doenças respiratórias e a outros problemas devido à inalação de fumo.¹⁷



© OIT, Maillard J.

¹⁰ International Council on Social Welfare (ICSW). *Promoting full employment and decent work for all*, Documento elaborado para a 45.ª Sessão da Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, Nova Iorque, 7 a 16 de Fevereiro de 2007, p. 8.

¹¹ Ibid.

¹² Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho, *Mainstreaming gender into occupational safety and health*, Proceedings of a seminar organised in Brussels on the 15 June 2004 (Belgium, 2005), p. 7.

¹³ ILO, *Global Employment Trends for Women*, March 2009, p. 10.

¹⁴ The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, *Gender in Agriculture Sourcebook* (Washington, D.C., 2008), p. 322.

¹⁵ Gender Action, Fact Sheet: Gender Action Link: Climate Change (Washington, D.C., May de 2008), Washington D.C., <http://www.genderaction.org/images/Gender%20Action%20Link%20-%20Climate%20Change.pdf>, (consultado em 9 de Fevereiro de 2009).

¹⁶ ILO, *Safety and health in agriculture* (SAFEWORK), p. 14.

¹⁷ World Health Organization (WHO), *Gender equality, work and health: A review of the evidence* (Geneva, 2006), p. 16.

No caso das trabalhadoras agrícolas grávidas, o trabalho pesado durante as sementeiras e colheitas pode causar uma elevada incidência de nados-mortos, de nascimentos prematuros ou a morte da criança e/ou da mãe. Alguns estudos demonstraram que a sobrecarga de trabalho de tarefas tradicionais “femininas” como a sementeira, a apanha e a triagem, pode ser superior à dos homens, quando estes são ajudados por meios mecânicos ou eléctricos durante a irrigação, a abertura de sulcos e o cultivo.¹⁸ As mulheres levam frequentemente os filhos consigo para os campos, ficando elas próprias e os seus filhos expostos a perigos inerentes ao trabalho.¹⁹ As fábricas e complexos de tratamento agro-alimentar têm igualmente riscos elevados em matéria de segurança e saúde no trabalho, como os acidentes com máquinas, a exposição a condições de trabalho inseguras e o contacto com produtos químicos. As mulheres que trabalham no processamento de peixe e marisco defrontam-se com artrites e outros efeitos nefastos para a saúde decorrentes da permanência em pé ou sentadas em ambientes frios durante 10 a 12 horas por dia.²⁰



© OIT, Maillard J.

LANÇAR SEMENTES PARA A CAPACITAÇÃO DAS MULHERES ²¹



© OIT, Crozet M.

Em África, as mulheres representam dois terços da mão-de-obra num sector em franco crescimento, o hortícola, no qual efectuam trabalhos de pulverização, irrigação e outras tarefas manuais.²² A indústria da flor de corte para fins comerciais, por exemplo, rende milhões de dólares por ano na Tanzânia, graças às exportações para os mercados da Europa, e emprega centenas de milhares de pessoas, especialmente mulheres jovens. Quase 70% das pessoas que estão na apanha de flores são mulheres, pouco familiarizadas com os métodos da exploração agrícola intensiva, que utilizam pesticidas para produzir filas e filas de flores.

O Centro Internacional de Formação da OIT em Turim organiza cursos destinados a ajudar sindicatos como o *Tanzania Plantation and Agricultural Workers Union* (TPAWU) a criar oficinas formativas para centenas de mulheres nas explorações agrícolas, mostrando-lhes o modo como devem ser utilizados os produtos químicos com segurança e explicando-lhes os seus direitos enquanto trabalhadoras. O TPAWU e o seu Secretariado para a Educação e a Igualdade de Género também incentivaram práticas de diálogo com as explorações agrícolas em que a negociação colectiva contribuiu para a instauração de melhores condições de trabalho.

Outras iniciativas da OIT são igualmente eficazes, como o programa *Work Improvement in Neighbourhood Development* (WIND). A sua implementação tem em conta a igualdade de género e procura capacitar as mulheres e os homens para a melhoria das suas condições de trabalho, concentrando-se em melhorias simples, de baixo custo e sustentáveis, na segurança, saúde e condições de trabalho na agricultura.



© OIT, Crozet M.

Na indústria transformadora, as mulheres que trabalham nas fábricas em zonas francas de exportação (onde são maioritárias) suportam longas horas em locais de trabalho não ergonómicos e trabalham frequentemente com máquinas sem a protecção básica necessária. A maquinaria industrial é, em geral, concebida por homens e com frequência pouco funcional e cansativa quando utilizada por mulheres (ou por homens de baixa estatura). Na indústria microelectrónica, outro sector em que as mulheres predominam, estas estão expostas a produtos químicos que podem ter efeitos cancerígenos.²³ Nos serviços e no trabalho de escritório – que representaram 46,3% do emprego feminino em 2008²⁴ – diferentes factores de stresse psicológico e físico e perigos ergonómicos podem causar problemas de saúde no trabalho e aumentar a sobrecarga de trabalho, causar insatisfação no trabalho e afectar a saúde e a produtividade. Nos serviços de saúde, as trabalhadoras estão expostas a infecções, violência, lesões músculo-esqueléticas e ao esgotamento psicológico.²⁵

De um modo geral, as mulheres estão mais expostas do que os homens aos riscos psicossociais no trabalho.²⁶ Mais mulheres do que homens são vítimas de discriminação e de assédio sexual no local de trabalho, especialmente quando são admitidas em empregos em que tradicionalmente predominam os homens. Uma jovem com um emprego precário na indústria hoteleira, por exemplo, terá muito mais probabilidades de ficar exposta ao risco de assédio sexual do que um empregado de escritório sénior, do sexo masculino e com um emprego permanente.

¹⁸ V. Forastieri, *Information Note on Women Workers and Gender Issues on Occupational Safety and Health* (Geneva, ILO, SafeWork, 2000), p. 2.

¹⁹ ILO, *Safety and health in agriculture* (SAFEWORK), p. 14.

²⁰ International Bank for Reconstruction and Development/World Bank, *Gender in Agriculture Sourcebook* (Washington, D.C., 2008), pp. 321 – 322.

²¹ ILO, *Sowing the Seeds of Women's Rights*, Video New Release,

http://www.ilo.org/global/About_the_ILO/Media_and_public_information/Broadcast_materials/Video_News_Release/lang--en/WCMS_082572/index.htm, (consultado em 5 de Fevereiro de 2009).

²² Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), *Gender and Sustainable Development, maximizing the economic, social and environmental role of women* (Paris, 2008), p. 18.

²³ ILO, *ABC for women's workers' rights and gender equality*, p. 141.

²⁴ ILO, *Global Employment Trends for Women*, March 2009, p. 10.

²⁵ World Health Organization (WHO), *Gender equality, work and health: A review of the evidence* (Geneva, 2006), p. 4.

²⁶ A Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho descreve os riscos psicossociais como os que estão associados a alterações no modo como o trabalho é concebido, organizado e gerido, bem como às mudanças socioeconómicas, demográficas e políticas no contexto do trabalho, incluindo a globalização, que resultam num aumento do stresse e podem levar à grave deterioração da saúde mental e física. Ver Factsheet 74 (Ficha técnica), Previsão dos perigos sobre os riscos psicossociais emergentes relacionados com a segurança e saúde no trabalho (SST), <http://osha.europa.eu/pt/publications/factsheets/74>, (consultado em 10 de Fevereiro de 2009).



VIOLÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO

A violência sexual no trabalho é um problema muito complexo, enraizado nas relações de poder em função do sexo na sociedade, na economia, no mercado de trabalho, na relação de emprego e na cultura organizacional. A violência no trabalho, incluindo a violência psicológica e o assédio moral, está a aumentar em todo o mundo. É sabido que os jovens do sexo masculino, em muitas sociedades, se vêem afectados de forma excessiva pela violência física, por serem, frequente e simultaneamente, os principais autores e vítimas da violência. Dado que as mulheres – sobretudo as mais jovens – integram cada vez mais a força de trabalho mundial saindo do domínio doméstico, deve ser dada uma maior atenção à violência no trabalho a fim de preservar a sua liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Existe uma relação estreita entre violência no trabalho e trabalho precário, género, juventude e certos sectores laborais de alto risco.

Profissões que eram consideradas protegidas da violência no trabalho, como o ensino, os serviços sociais e os cuidados de saúde, estão a tornar-se cada vez mais expostas a actos de violência, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. As mulheres enfrentam elevados riscos de comportamentos violentos no mercado de trabalho, precisamente porque estão concentradas em muitas dessas profissões. A violência no sector do comércio a retalho está a aumentar nalguns países, traduzindo-se numa elevada percentagem de incidentes.²⁷ As trabalhadoras domésticas são também frequentemente e desproporcionadamente afectadas pela violência.²⁸

As acções no local de trabalho para combater a violência de género podem incluir: regulamentações e medidas disciplinares; intervenções a nível de política contra a violência; disseminação da informações sobre exemplos positivos de legislação, orientações e práticas inovadoras; objectivos no local de trabalho que contribuam para reduzir os riscos; acordos colectivos; campanhas de sensibilização e formação para gestores, trabalhadores/as e agentes governamentais que lidam ou que estão expostos à violência no trabalho; concepção e adopção de procedimentos destinados a melhorar a denúncia de incidentes violentos em condições de segurança e confidencialidade.



©OIT, Crozet M.

A RESPOSTA E ACÇÃO DA OIT PARA MELHORAR A SST PARA MULHERES E HOMENS

Desde a sua criação, a OIT desenvolveu um certo número de instrumentos abrangentes a fim de promover a sua acção no domínio da SST. Muitos desses instrumentos internacionais dizem respeito a sectores específicos ou a determinados riscos. A Convenção da OIT, (n.º 187), sobre o Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho, de 2006, e a Recomendação (n.º 197) que lhe está associada, definem normas para que os países promovam a SST através de programas nacionais de SST, tendo em vista por em prática uma cultura de segurança, saúde e prevenção e o recurso a um sistema de gestão da SST.

A OIT, com a sua estrutura organizacional tripartida incluindo trabalhadores, empregadores e governos, está bem posicionada para iniciar e facilitar programas de amplo alcance. Possui também um mandato global para coordenar o intercâmbio de conhecimentos e de ideias sobre SST.²⁹ A OIT presta assistência na integração da SST na gestão a nível nacional e da empresa, envolvendo os parceiros sociais na adopção e manutenção de mecanismos para a melhoria contínua dos sistemas nacionais de SST, e promovendo a consciência de que poderão ser necessárias medidas específicas em relação às questões de género.

Para que as políticas de promoção da saúde no domínio da SST sejam eficazes para mulheres e homens, terão de ser baseadas em informações mais correctas sobre a relação entre saúde no trabalho e o sexo dos trabalhadores. As mulheres trabalhadoras são especialmente prejudicadas por estruturas de mão-de-obra, medidas e atitudes no trabalho desactualizadas. Uma ampla estratégia para a melhoria da segurança e saúde das trabalhadoras terá de ser concebida no âmbito de uma política nacional de SST, especialmente nos domínios onde existe uma grande concentração de mulheres. Deve ser desenvolvido um quadro coerente a fim de garantir uma abordagem nacional coordenada.³⁰

É fundamental facultar orientações no domínio da legislação, informação e formação, no que se refere à participação dos trabalhadores e à investigação aplicada. Em relação à investigação sobre SST, a epidemiologia ocupacional deve ser suficientemente sensível para captar quaisquer disparidades em razão do sexo. Existe actualmente uma falta de informação sobre os diferentes riscos enfrentados por mulheres e homens devido à exposição a certos produtos químicos, a



©OIT, Mirza A.

²⁷ EU, 2007. *OSH in figures: Young workers – Facts and figures*, Institute for Occupational Safety and Health, Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (Bruxelas) p. 13.

²⁸ *Introduction to violence at work*, ILO/SaveWork, <http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/violence/intro.htm#wmrisk> (consultado em 9 de Fevereiro de 2009).

²⁹ Em 2009, a Comissão de Especialistas sobre a Aplicação de Convenções e Recomendações (CEACR) da OIT apresentará um Estudo Geral sobre as medidas adoptadas pelos Estados-Membros da OIT para dar efeito às disposições das Convenções sobre SST que ratificaram.

³⁰ Em relação à adopção de uma política nacional coerente sobre segurança e saúde no trabalho e acções a nível nacional e empresarial, ver: Convenção (n.º 155) da OIT e Recomendação (n.º 164) sobre Segurança e Saúde no Trabalho e Ambiente de Trabalho e a Convenção (n.º 161) da OIT e Recomendação (n.º 171) sobre os serviços de saúde no trabalho, a Convenção (n.º 187) e a Recomendação (n.º 197) sobre o Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho.

material genético cultivado e recolhido em laboratórios transgénicos, ou a produtos farmacêuticos com novas propriedades genéticas, todos eles podendo ter efeitos diferentes a longo prazo para a saúde de mulheres e homens.

A unidade principal da OIT em matéria de SST é o Programa sobre Segurança e Saúde no Trabalho e o Ambiente (SafeWork). Desempenha um papel importante na sensibilização para as questões de SST e na partilha das melhores práticas neste domínio. O Programa tem quatro objectivos essenciais: desenvolver políticas e programas preventivos a fim de proteger os trabalhadores em profissões e sectores de risco; estender a protecção efectiva aos grupos vulneráveis de trabalhadores não abrangidos pelas medidas de protecção tradicionais; equipar melhor os governos, as organizações de empregadores e de trabalhadores para abordar os problemas do bem-estar dos trabalhadores e das trabalhadoras, da prestação de cuidados de saúde no trabalho e da qualidade de vida no trabalho; e demonstrar o impacto socioeconómico de uma melhor protecção dos trabalhadores e trabalhadoras para que esses objectivos possam ser reconhecidos pelos órgãos de decisão. Uma área significativa da acção do SafeWork foi a sensibilização e informação. Por exemplo, o **Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho**, celebrado anualmente em 28 de Abril³¹, promove uma cultura preventiva a fim de ajudar a reduzir, a nível mundial, as mortes e lesões relacionadas com o trabalho.

O Programa da OIT para o Emprego e as Condições de Trabalho (TRAVAIL) tem um domínio de acção específico relacionado com a violência no local de trabalho e o assédio no trabalho, preocupando-se com a prevenção de todas as formas de violência no trabalho, incluindo a violência psicológica, o assédio moral e o assédio baseado em factores como o sexo, a raça ou origem étnica, a religião ou a orientação sexual. O programa promove estudos sobre estes problemas, desenvolve ferramentas práticas e oferece orientação sobre a melhor forma de prevenir o assédio e de reagir a esse tipo de comportamentos.

O Departamento de Actividades Sectoriais presta um contributo essencial para os estudos e programas sobre SST em sectores específicos da indústria e serviços. Muito do trabalho de promoção dos instrumentos da OIT, incluindo convenções e códigos de práticas de SST em sectores específicos, é realizado por esta unidade. Por exemplo, uma reunião de peritos da OIT (22 a 30 de Setembro de 2009) irá adoptar um código de práticas sobre segurança e saúde na agricultura. O código será redigido a fim de complementar a Convenção da OIT (n.º 184) sobre Segurança e Saúde na Agricultura, de 2001, e de encorajar a sua implementação nos locais de trabalho.³²

No contexto mais amplo das políticas, os Programas de Trabalho Digno por País (DWCP – Decent Work Country Programmes), que envolvem todas as partes interessadas na concepção de mecanismos de resposta abrangentes, efectivos e eficazes, ajudam a garantir que os projectos e actividades cumpram integralmente as normas da OIT em matéria de SST. É importante ajudar os mandantes a dar prioridade à segurança e saúde no trabalho para que esses objectivos passem a fazer parte dos planos nacionais.

As organizações de empregadores e de trabalhadores têm um papel importante a desempenhar na previsão de condições de trabalho seguras e saudáveis, tanto para as mulheres como para os homens. O Centro Internacional de Formação de Turim organiza periodicamente actividades de formação para que os parceiros sociais melhorem os seus conhecimentos neste domínio e tenham consciência do seu papel activo no desenvolvimento de medidas de SST ao nível da empresa. As actividades de formação são conduzidas com o SafeWork, o Departamento das Actividades dos Empregadores da OIT (ACT/EMP) e o Departamento da OIT para as Actividades dos Trabalhadores (ACTRAV).

O Bureau para a Igualdade de Género (GENDER) desempenha um papel essencial no apoio à aplicação da igualdade de género na Agenda para o Trabalho Digno da OIT, promovendo a integração de uma perspectiva de género em todas as políticas, objectivos estratégicos, programas e actividades da OIT. O Bureau presta orientações aos governos, organizações de empregadores e de trabalhadores sobre questões concretas, para além de dirigir programas de cooperação técnica.

PARCERIAS DA OIT SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE NO LOCAL DE TRABALHO



A OIT está activamente empenhada em parcerias mais amplas para a segurança e saúde no trabalho. A colaboração entre a OIT e o programa ONUSIDA traduziu-se em novas ferramentas sob a forma de publicações ou relatórios como *Employers' organizations and HIV/AIDS: Global reach: how trade unions are responding to AIDS Case studies of union action*, ou manuais para inspectores do trabalho e juizes e orientações para as pequenas e médias empresas (PME).

Com base na recolha de informações, de boas práticas e num esforço de colaboração entre a OIT e a OMS, foram publicadas em 2005 as *Directrices conjuntas OIT/OMS sobre os serviços de saúde e a infecção VIH/sida*^{NT}. As directrizes fornecem orientações abrangentes e práticas sobre protecção, formação, rastreio, tratamento, confidencialidade, prevenção, como minimizar os riscos no trabalho e sobre assistência e apoio aos trabalhadores de cuidados de saúde. Abordam igualmente o papel essencial do diálogo social entre os governos, empregadores e trabalhadores na resposta aos desafios colocados pela epidemia do VIH/sida no sector.

³¹ O tema de 2009 é "Saúde e vida no trabalho: um direito humano fundamental". Em anos anteriores, os temas foram: Trabalho seguro e VIH/sida (2006); Locais de trabalho seguros e saudáveis – tornar o trabalho digno uma realidade (2007); e Gerir o risco no ambiente de trabalho (2008). Ver www.ilo.org/safeday

³² Ver <http://www.ilo.org/public/english/protection/safework/cops/english/index.htm>

^{NT} Versão disponível em português em www.ilo.org/public/region/eurpro/lisbon/pdf/directricesoit_oms.pdf



A OIT associou-se ao Conselho Internacional de Enfermeiros (CIE), à Organização Mundial de Saúde (OMS) e à Internacional dos Serviços Públicos (ISP) a fim de abordar o problema da violência no local de trabalho para o pessoal da saúde. O Programa Conjunto sobre Violência no Local de Trabalho no Sector da Saúde da OIT, CIE, OMS e ISP foi lançado em 2000 e, desde então, foram realizadas diversas actividades de investigação e publicadas as *Framework Guidelines for addressing workplace violence in the health sector*, bem como um manual de formação de acompanhamento.³³

A colaboração da OIT com outras organizações internacionais e entidades envolvidas em diversas actividades relacionadas com a SST incluem igualmente, entre outras, a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Comissão Internacional de Saúde Ocupacional (ICOH), a Associação Internacional de Higiene Ocupacional (IOHA), a Associação Internacional de Inspeção do Trabalho (IALI), a Associação Internacional de Ergonomia (IEA) e outras. Os exemplos incluem iniciativas como o Programa Global para a Eliminação da Silicose e a Iniciativa Conjunta para a África com a OMS, a segurança química com nove organizações internacionais, a protecção das radiações com a AIEA, a segurança e saúde na demolição de navios com a OMI e a Convenção de Basileia sobre o Controlo Transfronteiriço de Resíduos Perigosos, bem como o desenvolvimento de serviços básicos de saúde no trabalho com a ICOH e muitos outros organismos.



QUE MEDIDAS PODEM SER TOMADAS?

Uma resposta eficaz aos desafios da SST na economia actual em rápida mutação e num mundo globalizado requer uma maior atenção, tanto a nível nacional como internacional. A lista não exaustiva de medidas que se segue pode facultar orientações para a adopção de locais de trabalho mais seguros e saudáveis para mulheres e homens.

- Ratificar e aplicar efectivamente as normas de SST relacionadas com o sector para que foram desenvolvidas pela Conferência Internacional do Trabalho da OIT e que são igualmente aplicáveis a homens e mulheres.³⁴
- Reforçar a implementação da Convenção (n.º 187) da OIT sobre o Quadro Promocional para a Segurança e Saúde no Trabalho, de 2006, e da Recomendação (n.º 197) que a acompanha, a fim de promover uma cultura preventiva de segurança e saúde em todos os países do mundo.
- Promover os códigos de práticas da OIT que contêm recomendações práticas destinadas a todas as pessoas que têm responsabilidades pela SST nos sectores público e privado. Os códigos de práticas não são instrumentos juridicamente vinculativos e não se destinam a substituir as disposições das leis ou regulamentações nacionais, ou as normas aceites. Procuram servir de guias práticos para as autoridades e serviços públicos, empregadores e trabalhadores interessados, órgãos especializados de protecção e prevenção, empresas e comissões de segurança e saúde.
- Desenvolver políticas eficazes de segurança e saúde no trabalho a nível internacional e nacional com base em informações mais correctas sobre a relação entre a saúde e os papéis desempenhados por mulheres e homens na sociedade. As políticas de promoção da saúde das mulheres devem ter em conta a função que estas exercem como prestadoras de cuidados e trabalhadoras, e devem reconhecer cada vez mais o papel dos homens como prestadores de cuidados.
- Aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão sobre SST a todos os níveis. As mulheres são actualmente uma minoria nos órgãos de tomada de decisões em matéria de SST. As suas opiniões, experiências, conhecimentos e capacidades devem reflectir-se na formulação e execução das estratégias de promoção da saúde nos locais de trabalho e nas políticas nacionais.
- Reforçar a recolha de dados desagregados por sexo sobre a exposição a riscos no trabalho e as doenças e lesões no trabalho. Os dados devem ser sistematicamente recolhidos a nível internacional, regional e empresarial.
- Incentivar a investigação em áreas sensíveis às questões de género. São necessários mais estudos sobre a saúde e segurança das mulheres no trabalho, sobretudo em sectores essenciais em que as mulheres constituem a maioria da força de trabalho. Os estudos sobre a saúde das mulheres no trabalho são sobretudo necessários nos países em desenvolvimento.
- Focalizar as questões de SST ao nível individual através educação e formação. O trabalho deve ser adaptado às suas capacidades – tanto homens como mulheres – em função do estado da sua saúde física e mental. Por exemplo, reduzir a carga de trabalho através de tecnologia adequada, transferir os trabalhadores e as trabalhadoras para outros postos de trabalho mais consentâneos com as suas necessidades e prever a reabilitação, são iniciativas que podem ser tomadas quando for necessário. São necessárias medidas especiais para o desempenho de tarefas físicas durante e após a gravidez.

³³ Ver <http://www.ilo.org/public/english/dialogue/sector/papers/health/guidelines.pdf>

³⁴ Para uma lista completa das convenções específicas por sector e das recomendações que as acompanham, consultar www.ilo.org/safework



SELECÇÃO DE PUBLICAÇÕES DA OIT SOBRE GÉNERO E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Chappell, D. e Di Martino, V., 2006 (terceira edição). Violence at Work (ILO, Geneva).

Di Martino, V., 2003. Relationship between work stress and workplace violence in the health sector (ILO, SECTOR, Geneva).

Di Martino, V., Gold, D., e Schaap, A., 2002. Managing emerging health-related problems at work: SOLVE - Stress, Tobacco, Alcohol and Drugs, HIV/AIDS, Violence (ILO, SafeWork, Geneva).

Di Martino, V., 2000. Violence at work: The global challenge (ILO, SafeWork, Geneva).

International Labour Organization

- 2009. ILO Standards on occupational safety and health. Promoting a safe and healthy working environment (Geneva).
- 2008. Beyond deaths and injuries: The OIT's role in promoting safe and healthy jobs, Relatório para debate no XVIII Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, Seul, Coreia, (SafeWork, Geneva).
- 2004. Healthy beginnings: Guidance on Safe Maternity at Work (Programa sobre condições de trabalho e emprego (TRAVAIL), Geneva).
- 2000. *Safety and health in agriculture* (SafeWork, Geneva).

Forestieri, V., 2000. Information note on Women Workers and Gender Issues on Occupational Safety and Health (OIT, SafeWork, Geneva).

McCann, D., 2005. Sexual Harassment at Work: National and International Responses (Programa sobre condições de trabalho e emprego (TRAVAIL), Conditions of Work and Employment Series n.º 2, Geneva).

Verdugo, R., e Vere, A., 2003. Workplace violence in service sectors with implications for the education sector: Issues, solutions and resources (ILO, SECTOR Working Paper 208, Geneva).



Bureau
International
do Trabalho
Genebra

Bureau para a Igualdade de Género
Tel. + 41 22 799 6730
Fax. + 41 22 799 6388
www.ilo.org/gender
gendercampaign@ilo.org

Programa de Segurança e Saúde
no Trabalho e Ambiente (SafeWork)
Tel. +41 22 799 6715
Fax. +41 22 799 6878
www.ilo.org/safework
safework@ilo.org

Bureau International do Trabalho - 4, route des Morillons - 1211 Genebra 22, Suíça

Esta brochura foi elaborada no âmbito da campanha de sensibilização da OIT "Igualdade de Género no Coração do Trabalho Digno". Para mais informação sobre outros temas da OIT abordados nesta campanha de promoção da igualdade de género, contacte-nos através do e-mail: gendercampaign@ilo.org.